

CODRASA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME
CNPJ: 03.706.607/0001-80

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia
31/04/18 às 18:09 Hs: 50 Min.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL (nome completo, cargo e matrícula)

A
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Ilustríssimo Senhor, Normam Virissimo da Silva, DD. Presidente da
Superintendencia Estadual de Licitação – SUPEL/RO

Ref.: **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 064/17/CPLO/RO.**

Codrasa comercio e serviços ltda - me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.706.607/0001-80, com sede na Avenida Norte Sul, nº. 4150, Bairro Beira Rio, na cidade de Rolim de Moura, estado de Rondonia, por seu representante legal infra assinado Wender Custódio da Silva, Portador do RG sob nº. e do CPF sob o nº. 651.808.952-00 vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de

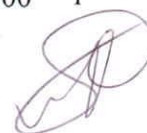
IMPUGNAR

Os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, conforme documento junto.

Av. Norte Sul, nº. 4150, Bairro Beira Rio, Rolim de Moura – RO. CEP: 76.940-000 1
Fone: (69) 98428-6449 – email: codrasa@outlook.com



CODRASA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME

CNPJ: 03.706.607/0001-80

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item nº 16.4 “**alinea d**” que vem assim redacionada:

“Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a seguinte Capacidade técnico-operacional: A licitante deverá apresentar através do CREA e/ ou CAU documento de responsabilidade técnica de sua qualificação técnica para execução dos serviços e comprovar que executou, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste Projeto e que e façam referência às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, de forma clara e precisa. Com base na Análise de Pareto e considerando os itens com parcela de maior relevância constante na Planilha Orçamentária, segue as características mínimas a se considerar:

- Cobertura em estrutura metálica 30,00m - 556,00m²;
- Piso em concreto armado - 313,00m² e
- Concreto Fck=25 Mpa – 59,40m³.

obs: destacar, nos atestados e acervos apresentados, com um marca texto, os itens exigidos.”

Sucedendo que, tal exigência é absolutamente ilegal, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

II – DA ILEGALIDADE

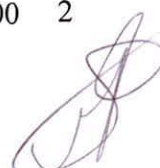
De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Ora, na medida que o indigitado item do Edital está a exigir Atestado de capacidade técnica operacional com quantitativos mínimos nas parcelas de maiores relevância que somam 50%, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

Av. Norte Sul, nº. 4150, Bairro Beira Rio, Rolim de Moura – RO. CEP: 76.940-000 2
Fone: (69) 98428-6449 – email: codrasa@outlook.com



CODRASA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME
CNPJ: 03.706.607/0001-80

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado, pelo mero cotejo com a letra fria da lei, despiciendo é arrostar cometimentos doutrinários ou o posicionamento de nossos Pretórios.

O § 5º do artigo 30 da Lei 8666/93 regra que:

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. (negritei)

A Lei de Licitação em nenhum momento concede a possibilidade de exigir um número mínimo de atestados. A Administração não possui discricionariedade para tal, ou seja, não pode exigir algo que a lei não lhe permita.

Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que ” Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.” (grifo nosso)

Ademais, o particular pode em apenas um contrato ter executado objeto idêntico ou até superior a do objeto licitado, em que apenas este atestado já seria suficiente para demonstrar a capacidade da empresa.

Acerca do assunto, o professor Carlos Pinto Coelho Motta leciona:

“não é admissível a exigência de número *mínimo*, ou *máximo*, ou mesmo *certo*, de atestados de capacitação técnica” (in Eficácia nas Licitações e Contratos, 11ª ed., Belo Horizonte, Del Rey, 2008. p. 377).

A Corte de Contas da União vêm traçando diretrizes a respeito da matéria orientando os órgãos públicos para afastarem este tipo de regra que restringe o universo dos participantes, a saber:

“[...] abstenha-se de exigir a apresentação de número mínimo e certo dos atestado de capacidade técnica, observando o que dispõe o art. 30, inciso II e §§ 1º e 3º, da Lei nº

Av. Norte Sul, nº. 4150, Bairro Beira Rio, Rolim de Moura – RO. CEP: 76.940-000 3
Fone: (69) 98428-6449 – email: codrasa@outlook.com

CODRASA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME
CNPJ: 03.706.607/0001-80

8.666/93 e respeitadas decisões desta Corte de Contas [...]” (TCU. Processo nº TC-004.960/2000-6. Acórdão nº 73/2003 – 2ª Câmara)

“[...] observe, nos futuros certames que realizar, as disposições contidas no § 1º do art. 30 da Lei 8666/93, abstendo-se de exigir número mínimo ou número certo de atestados de capacidade técnica, de acordo com entendimento desta Corte firmado nas decisões Plenárias nº 134/1998 e nº 192/1998 [...]” (TCU. Processo nº TC-007.493/2000-3. Decisão nº 392/2001 – Plenário)

Por conseguinte a exigência estabelecida no diploma editalício restringe o caráter competitivo da licitação afrontando o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93 que segue

§ 1º É vedado aos agentes públicos: -

I – admitir, **prever, incluir** ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas** ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Ao cabo, para arrimar mais ainda sua impugnação, segue abaixo alguns pareceres acerca da restrição do universo dos participantes:

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela



CODRASA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME
CNPJ: 03.706.607/0001-80

Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara –
“Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Com desenvoltura, acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho versa:

“O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

Não obstante, a título de informação, cumpri-me frisar que há decisões / entendimentos, em casos específicos, em que o Tribunal de Contas da União entendeu proporcional a exigência de atestados de capacidade técnica com quantitativos mínimos e parcelas de maiores relevância por existir uma razoabilidade que equilibrou o caráter competitivo da licitação com o zelo que a Administração precisa possuir para escolher um licitante apto para a execução do futuro contrato de forma satisfatória

III – DO PEDIDO

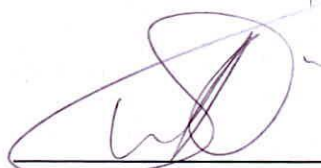
Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- declarar-se nulo o item atacado;
- determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

CODRASA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – ME
CNPJ: 03.706.607/0001-80

Nestes Termos
P. Deferimento

Rolim de Moura – RO, 30 de janeiro de 2018,



Codrasa com. Const. Ltda – Me
CNPJ: 03.706.607/0001-80
Wender Custodio da Silva

